

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.

Regulamento

Mensagem de veto

Texto compilado

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX - priorizar o produto cultural originário do País.

Art. 2º O Pronac será implementado através dos seguintes mecanismos:

I - Fundo Nacional da Cultura (FNC);

II - Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart);

III - Incentivo a projetos culturais.

Parágrafo único. Os incentivos criados pela presente lei somente serão concedidos a projetos culturais que visem a exibição, utilização e circulação públicas dos bens culturais deles

resultantes, vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no art. 1º desta lei, os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do Pronac atenderão, pelo

menos, um dos seguintes objetivos:

I - incentivo à formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, no Brasil ou no exterior, a autores, artistas e técnicos brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil;

b) concessão de prêmios a criadores, autores, artistas, técnicos e suas obras, filmes, espetáculos musicais e de artes cênicas em concursos e festivais realizados no Brasil;

c) instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

II - fomento à produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográfica de

caráter cultural;

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu (Vide Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e

de folclore;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados

a exposições públicas no País e no exterior;

e) realização de exposições, festivais de arte e espetáculos de artes cênicas ou congêneres;

III - preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico, mediante:

a) construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e

acervos;

b) conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços, inclusive naturais, tombados pelos Poderes Públicos;

c) restauração de obras de artes e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;

d) proteção do folclore, do artesanato e das tradições populares nacionais;

IV - estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais, mediante:

a) distribuição gratuita e pública de ingressos para espetáculos culturais e artísticos;

b) levantamentos, estudos e pesquisas na área da cultura e da arte e de seus vários segmentos;

c) fornecimento de recursos para o FNC e para fundações culturais com fins específicos ou para museus, bibliotecas, arquivos ou outras entidades de caráter cultural;

V - apoio a outras atividades culturais e artísticas, mediante:

a) realização de missões culturais no país e no exterior, inclusive através do fornecimento

de passagens;

b) contratação de serviços para elaboração de projetos culturais;

c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pela Secretaria

da Cultura da Presidência da República - SEC/PR, ouvida a Comissão Nacional de Incentivo à

Cultura - CNIC.

c) ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pelo Ministro de Estado da Cultura, consultada a Comissão Nacional de Apoio à Cultura.

Lei nº 9.874, de 1999)

(Redação dada pela

CAPÍTULO II

Do Fundo Nacional da Cultura (FNC)

Art. 4º Fica ratificado o Fundo de Promoção Cultural, criado pela

julho de 1986

de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do Pronac

e de:

I - estimular a distribuição regional eqüitativa dos recursos a serem aplicados na execução

de projetos culturais e artísticos;

II - favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais

conjuntas, de enfoque regional;

III - apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento

profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade

cultural brasileira;

IV - contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

V - favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos

interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de

atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de

seus aspectos sócio-culturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com

menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios.

§ 1º O FNC será administrado pela Secretaria da Cultura da Presidência da República -

SEC/PR e gerido por seu titular, assessorado por um comitê constituído dos diretores da

SEC/PR e dos presidentes das entidades supervisionadas, para cumprimento do Programa de

Trabalho Anual aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC de que trata o

art. 32 desta Lei, segundo os princípios estabelecidos nos artigos 1º e 3º da mesma.

§ 2º Os recursos do FNC serão aplicados em projetos culturais submetidos com parecer

da entidade supervisionada competente na área do projeto, ao Comitê Assessor, na forma que

dispuser o regulamento.

§ 1

cumprimento do Programa de Trabalho Anual, segundo os princípios estabelecidos nos arts. 1

Lei nº 7.505, de 2 de, que passará a denominar-se *Fundo Nacional da Cultura (FNC)*, com o objetivo *o FNC será administrado pelo Ministério da Cultura e gerido por seu titular, para*

e 3

o. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 2

com parecer do órgão técnico competente, pelo Ministro de Estado da Cultura.

pela Lei nº 9.874, de 1999)

o Os recursos do FNC somente serão aplicados em projetos culturais após aprovados, (Redação dada

§ 3º Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelas

entidades supervisionadas, cabendo a execução financeira à SEC/PR.

§ 4º Sempre que necessário, as entidades supervisionadas utilizarão peritos para análise

e parecer sobre os projetos, permitida a indenização de despesas com o deslocamento,

quando houver, e respectivos pró-labore e ajuda de custos, conforme ficar definido no

regulamento.

§ 5º O Secretário da Cultura da Presidência da República designará a unidade da

estrutura básica da SEC/PR que funcionará como secretaria executiva do FNC.

§ 6º Os recursos do FNC não poderão ser utilizados para despesas de manutenção

administrativa da SEC/PR.

§ 6

administrativa do Ministério da Cultura, exceto para a aquisição ou locação de equipamentos e

bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

de 1999)

o Os recursos do FNC não poderão ser utilizados para despesas de manutenção[*\(Redação dada pela Lei nº 9.874,*](#)

§ 7° *Ao término do projeto, a SEC/PR efetuará uma avaliação final de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observando as normas e procedimentos a serem definidos no*

regulamento desta lei, bem como a legislação em vigor.

§ 8° *As instituições públicas ou privadas receptoras de recursos do FNC e executoras de*

projetos culturais, cuja avaliação final não for aprovada pela SEC/PR, nos termos do parágrafo

anterior, ficarão inabilitadas pelo prazo de três anos ao recebimento de novos recursos, ou

enquanto a SEC/PR não proceder a reavaliação do parecer inicial.

Art. 5° *O FNC é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração, que*

funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, conforme estabelecer o regulamento, e constituído dos seguintes recursos:

I - recursos do Tesouro Nacional;

II - doações, nos termos da legislação vigente;

III - legados;

IV - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

V - saldos não utilizados na execução dos projetos a que se referem o Capítulo IV e o presente capítulo desta lei;

VI - devolução de recursos de projetos previstos no Capítulo IV e no presente capítulo

desta lei, e não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII - um por cento da arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, a que se refere a

geográfica regional;

VIII - um por cento da arrecadação bruta das loterias federais, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios;

VIII - um por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais

e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do

montante destinados aos prêmios;

Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, obedecida na aplicação a respectiva origem (Redação dada pela Lei nº 9.312, de 1996) (Regulamento)

VIII - Três por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias

federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este

valor do montante destinados aos prêmios;

(Redação dada pela Lei nº 9.999, de 2000)

IX - reembolso das operações de empréstimo realizadas através do fundo, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

X - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

XI - conversão da dívida externa com entidades e órgãos estrangeiros, unicamente

mediante doações, no limite a ser fixado pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento,

observadas as normas e procedimentos do Banco Central do Brasil;

XII - saldos de exercícios anteriores; XIII recursos de outras fontes.

Art. 6º O FNC financiará até oitenta por cento do custo total de cada projeto, mediante comprovação, por parte do proponente, ainda que pessoa jurídica de direito público, da

circunstância de dispor do montante remanescente ou estar habilitado à obtenção do respectivo financiamento, através de outra fonte devidamente identificada, exceto quanto aos

recursos com destinação especificada na origem.

§ 1º

(Vetado)

§ 2º *Poderão ser considerados, para efeito de totalização do valor restante, bens e*

serviços oferecidos pelo proponente para implementação do projeto, a serem devidamente

avaliados pela SEC/PR.

Art. 7º A SEC/PR estimulará, através do FNC, a composição, por parte de instituições financeiras, de carteiras para financiamento de projetos culturais, que levem em conta o caráter

social da iniciativa, mediante critérios, normas, garantias e taxas de juros especiais a serem

aprovados pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO III

Dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart)

Art. 8º Fica autorizada a constituição de Fundos de Investimento Cultural e Artístico

(Ficart), sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica, caracterizando comunhão de

recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos.

Art. 9º São considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos

dos FICART, além de outros que assim venham a ser declarados pela CNIC:

Art. 9

do FICART, além de outros que venham a ser declarados pelo Ministério da Cultura:

dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

*o São considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos***(Redação**

I - a produção comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, fitas, vídeos,

filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas;

II - a produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e demais

atividades congêneres;

III - a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural;

IV - construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos;

V - outras atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim considerados pela SEC/PR, ouvida a CNIC.

V - outras atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim consideradas pelo Ministério da Cultura.

(Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

Art. 10. Compete à Comissão de Valores Mobiliários, ouvida a SEC/PR, disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração dos Ficart, observadas as disposições desta

lei e as normas gerais aplicáveis aos fundos de investimento.

Art. 11. As quotas dos Ficart, emitidas sempre sob a forma nominativa ou escritural, constituem valores mobiliários sujeitos ao regime da

Art. 12. O titular das quotas de Ficart:

I - não poderá exercer qualquer direito real sobre os bens e direitos integrantes do patrimônio do fundo;

II - não responde pessoalmente por qualquer obrigação legal ou contratual, relativamente

aos empreendimentos do fundo ou da instituição administradora, salvo quanto à obrigação de

pagamento do valor integral das quotas subscritas.

Art. 13. A instituição administradora de Ficart compete:

I - representá-lo ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II - responder pessoalmente pela evicção de direito, na eventualidade da liquidação deste.

Art. 14. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos Ficart ficam isentos do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, assim como do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.(Vide Lei nº 8.894, de 1994)

Art. 15. Os rendimentos e ganhos de capital distribuídos pelos Ficart, sob qualquer forma, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.

Parágrafo único. Ficam excluídos da incidência na fonte de que trata este artigo, os rendimentos distribuídos a beneficiário pessoas jurídica tributada com base no lucro real, os quais deverão ser computados na declaração anual de rendimentos.

Art. 16. Os ganhos de capital auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não tributadas com base no lucro real, inclusive isentas, decorrentes da alienação ou resgate de quotas dos Ficart, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda, à mesma alíquota prevista para a tributação de rendimentos obtidos na alienação ou resgate de quotas de fundos mútuos de ações.

§ 1º Considera-se ganho de capital a diferença positiva entre o valor de cessão ou resgate da quota e o custo médio atualizado da aplicação, observadas as datas de aplicação, resgate ou cessão, nos termos da legislação pertinente.

§ 2º O ganho de capital será apurado em relação a cada resgate ou cessão, sendo permitida a compensação do prejuízo havido em uma operação com o lucro obtido em outra, da mesma ou diferente espécie, desde que de renda variável, dentro do mesmo exercício fiscal.

§ 3º O imposto será pago até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente àquele em que o ganho de capital foi auferido.

§ 4º Os rendimentos e ganhos de capital a que se referem o caput deste artigo e o artigo anterior, quando auferidos por investidores residentes ou domiciliados no exterior, sujeitam-se

à tributação pelo imposto sobre a renda, nos termos da legislação aplicável a esta classe de

contribuintes.

Art. 17. O tratamento fiscal previsto nos artigos precedentes somente incide sobre os rendimentos decorrentes de aplicações em Ficart que atendam a todos os requisitos previstos na presente lei e na respectiva regulamentação a ser baixada pela Comissão de

Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por Ficart, que deixem de atender aos requisitos específicos desse tipo de fundo, sujeitar-se-ão à tributação prevista no

artigo 43 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988

CAPÍTULO IV

Do Incentivo a Projetos Culturais

Art. 18 Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda a título de

doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas

físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, de caráter privado, como através de

contribuições ao FNC, nos termos do artigo 5º inciso II desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei, em torno dos quais será dada prioridade de execução pela CNIC.

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas

físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de

doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas

físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC,

nos termos do art. 5

estabelecidos no art. 1

.o, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 1

efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3

Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de

renda vigente, na forma de:

o Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias, previamente aprovados pelo (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

a) doações; e

(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

b) patrocínios.

(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 2

da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional.

pela Lei nº 9.874, de 1999)

o As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor (Incluído

§ 3

exclusivamente aos seguintes segmentos:

Provisória nº 2.228-1, de 2001)

o As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1o, atenderão (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999) (Vide Medida

a) artes cênicas;

1, de 2001)

(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999) (Vide Medida Provisória nº 2.228-

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;

(Vide Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

c) música erudita ou instrumental;

Provisória nº 2.228-1, de 2001)

(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999) (Vide Medida

d) circulação de exposições de artes plásticas;

Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

(Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999) (Vide

e) doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus.

9.874, de 1999) (Vide Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

(Incluída pela Lei nº

f)

(Vide Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

g)

(Vide Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

Art. 19. Os projetos culturais previstos nesta Lei serão apresentados à SEC/PR, ou a

quem esta delegar a atribuição, acompanhados de planilha de custos, para aprovação de seu

enquadramento nos objetivos do PRONAC e posterior encaminhamento à CNIC para

final.

§ 1º No prazo máximo de noventa dias do seu recebimento poderá a SEC/PR notificar o

proponente do projeto de não fazer jus aos benefícios pretendidos, informando os

motivos da

decisão.

§ 2º Da notificação a que se refere o parágrafo anterior, caberá recurso à CNIC, que

deverá decidir no prazo de sessenta dias.

Art. 19. Os projetos culturais previstos nesta Lei serão apresentados ao Ministério da Cultura, ou a quem este delegar atribuição, acompanhados do orçamento analítico, para aprovação de seu enquadramento nos objetivos do PRONAC.

9.874, de 1999)

(Redação dada pela Lei nº

§ 1

projeto, no prazo máximo de cinco dias.

o O proponente será notificado dos motivos da decisão que não tenha aprovado o (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 2

ao Ministro de Estado da Cultura, a ser decidido no prazo de sessenta dias.

pela Lei nº 9.874, de 1999)

o Da notificação a que se refere o parágrafo anterior, caberá pedido de reconsideração (Redação dada

§ 3º

(Vetado)

§ 4º

(Vetado)

§ 5º

(Vetado)

§ 6º A aprovação somente terá eficácia após publicação de ato oficial contendo o título do

projeto aprovado e a instituição por ele responsável, o valor autorizado para obtenção de doação ou patrocínio e o prazo de validade da autorização.

§ 7º A SEC/PR publicará anualmente, até 28 de fevereiro, o montante de recursos

autorizados no exercício anterior pela CNIC, nos termos do disposto nesta Lei, devidamente

discriminados por beneficiário.

§ 7

recursos autorizados pelo Ministério da Fazenda para a renúncia fiscal no exercício anterior,

devidamente discriminados por beneficiário.

o *O Ministério da Cultura publicará anualmente, até 28 de fevereiro, o montante dos*[*\(Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999\)*](#)

§ 8

segmento e por beneficiário, a ser aferido pelo montante de recursos, pela quantidade de projetos, pela respectiva capacidade executiva e pela disponibilidade do valor absoluto anual

de renúncia fiscal.

o *Para a aprovação dos projetos será observado o princípio da não-concentração por*[*\(Incluído pela Lei nº 9.874, 1999\)*](#)

Art. 20. Os projetos aprovados na forma do artigo anterior serão, durante sua execução, acompanhados e avaliados pela SEC/PR ou por quem receber a delegação destas atribuições.

§ 1º *A SEC/PR, após o término da execução dos projetos previstos neste artigo, deverá, no prazo de seis meses, fazer uma avaliação final da aplicação correta dos recursos recebidos,*

podendo inabilitar seus responsáveis pelo prazo de até três anos.

§ 2º *Da Decisão da SEC/PR caberá recurso à CNIC, que decidirá no prazo de sessenta dias.*

§ 2

Ministro de Estado da Cultura, a ser decidido no prazo de sessenta dias.

Lei nº 9.874, de 1999)

o *Da decisão a que se refere o parágrafo anterior, caberá pedido de reconsideração ao*[*\(Redação dada pela*](#)

§ 3º *O Tribunal de Contas da União incluirá em seu parecer prévio sobre as contas do Presidente da República análise relativa a avaliação de que trata este artigo.*

Art. 21. As entidades incentivadoras e captadoras de que trata este Capítulo deverão comunicar, na forma que venha a ser estipulada pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e SEC/PR, os aportes financeiros realizados e recebidos, bem como as

entidades captadoras efetuar a comprovação de sua aplicação.

Art. 22. Os projetos enquadrados nos objetivos desta lei não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural.

Art. 23. Para os fins desta lei, considera-se:

I -

(Vetado)

II - patrocínio: a transferência de numerário, com finalidade promocional ou a cobertura, pelo contribuinte do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de gastos, ou a

utilização de bem móvel ou imóvel do seu patrimônio, sem a transferência de domínio, para a

realização, por outra pessoa física ou jurídica de atividade cultural com ou sem finalidade

lucrativa prevista no art. 3º desta lei.

§ 1

financeira ou material em decorrência do patrocínio que efetuar.

§ 2

Imposto sobre a Renda na fonte.

Art. 24. Para os fins deste Capítulo, equiparam-se a doações, nos termos do regulamento:

I - distribuições gratuitas de ingressos para eventos de caráter artístico-cultural por pessoa

jurídica a seus empregados e dependentes legais;

II - despesas efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de conservar, preservar ou restaurar bens de sua propriedade ou sob sua posse legítima, tombados pelo

Governo Federal, desde que atendidas as seguintes disposições:

a) preliminar definição, pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, das normas

e critérios técnicos que deverão reger os projetos e orçamentos de que trata este inciso;

b) aprovação prévia, pelo IBPC, dos projetos e respectivos orçamentos de execução das

obras;

c) posterior certificação, pelo referido órgão, das despesas efetivamente realizadas e das circunstâncias de terem sido as obras executadas de acordo com os projetos aprovados.

Art. 25. Os projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, objetivarão desenvolver as formas de expressão, os

modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir

para propiciar meios, à população em geral, que permitam o conhecimento dos bens de valores

artísticos e culturais, compreendendo, entre outros, os seguintes segmentos:

I - teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

II - produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;

III - literatura, inclusive obras de referência;

IV - música;

V - artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;

VI - folclore e artesanato;

VII - patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

VIII - humanidades; e

IX - rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Parágrafo único. Os projetos culturais relacionados com os segmentos culturais do inciso

II deste artigo deverão beneficiar, única e exclusivamente, produções independentes conforme

definir o regulamento desta Lei.

Parágrafo único. Os projetos culturais relacionados com os segmentos do inciso II deste artigo deverão beneficiar exclusivamente as produções independentes, bem como as

produções culturais-educativas de caráter não comercial, realizadas por empresas de rádio e

televisão.

o Constitui infração a esta Lei o recebimento pelo patrocinador, de qualquer vantagem. As transferências definidas neste artigo não estão sujeitas ao recolhimento do (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais

aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais:

(Vide arts. 5º e 6º, Inciso II da Lei nº 9.532 de, 1997)

I - no caso das pessoas físicas, oitenta por cento das doações e sessenta por cento dos patrocínios;

II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1

patrocínios como despesa operacional.

§ 2

anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das

pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

§ 3

abatimentos e deduções em vigor, em especial as doações a entidades de utilidade pública

efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4

o A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e o O valor máximo das deduções de que trata o caput deste artigo será fixado. Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios, o (VETADO)

§ 5

contribuições em favor de projetos culturais, relativamente a este Capítulo.

Art. 27. A doação ou o patrocínio não poderá ser efetuada a pessoa ou instituição vinculada ao agente.

§ 1

a) a pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação, ou nos doze meses anteriores;

b) o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do doador ou patrocinador ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa

jurídica vinculada ao doador ou patrocinador, nos termos da alínea anterior;

c) outra pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja sócio.

§ 2º. Não se consideram vinculadas as instituições culturais sem fins lucrativos, criadas pelo doador ou patrocinador, desde que, devidamente constituídas e em funcionamento, na

forma da legislação em vigor e aprovadas pela CNIC.

§ 2

pelo doador ou patrocinador, desde que devidamente constituídas e em funcionamento, na

forma da legislação em vigor.

o O Poder Executivo estabelecerá mecanismo de preservação do valor real das o Consideram-se vinculados ao doador ou patrocinador: o Não se consideram vinculadas as instituições culturais sem fins lucrativos, criadas (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

Art. 28. Nenhuma aplicação dos recursos previstos nesta Lei poderá ser feita através de qualquer tipo de intermediação.

Parágrafo único. A contratação de serviços necessários à elaboração de projetos para obtenção de doação, patrocínio ou investimentos não configura a intermediação referida neste artigo.

Parágrafo único. A contratação de serviços necessários à elaboração de projetos para a obtenção de doação, patrocínio ou investimento, bem como a captação de recursos ou a sua

execução por pessoa jurídica de natureza cultural, não configura a intermediação referida neste

artigo.

(Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

Art. 29. Os recursos provenientes de doações ou patrocínios deverão ser depositados e movimentados, em conta bancária específica, em nome do beneficiário, e a respectiva prestação de contas deverá ser feita nos termos do regulamento da presente Lei.

Parágrafo único. Não serão consideradas, para fins de comprovação do incentivo, as contribuições em relação às quais não se observe esta determinação.

Art. 30. As infrações aos dispositivos deste capítulo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sujeitarão o doador ou patrocinador ao pagamento do valor atualizado do Imposto

sobre a Renda devido em relação a cada exercício financeiro, além das penalidades e demais

acréscimos previstos na legislação que rege a espécie.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por

inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa física ou jurídica proponente do projeto.

§ 1

inadimplência ou irregularidade verificada a pessoa física ou jurídica proponente do projeto.

o Para os efeitos deste artigo, considera-se solidariamente responsável por

(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 2

proponente junto ao Ministério da Cultura suspenderá a análise ou concessão de novos incentivos, até a efetiva regularização.

o A existência de pendências ou irregularidades na execução de projetos da(Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 3

disposto nos arts. 38 e seguintes desta Lei.

o Sem prejuízo do parágrafo anterior, aplica-se, no que couber, cumulativamente, o (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. Com a finalidade de garantir a participação comunitária, a representação de artista e criadores no trato oficial dos assuntos da cultura e a organização nacional sistêmica

da área, o Governo Federal estimulará a institucionalização de Conselhos de Cultura no Distrito

Federal, nos Estados, e nos Municípios.

Art. 32. Fica instituída a Comissão Nacional de incentivo à Cultura - CNIC, com a seguinte

composição:

I - o Secretário da Cultura da Presidência da República;

II - os Presidentes das entidades supervisionadas pela SEC/PR;

III - o Presidente da entidade nacional que congrega os Secretários de Cultura das Unidades Federadas;

IV - um representante do empresariado brasileiro;

V - seis representantes de entidades associativas dos setores culturais e artísticos de âmbito nacional.

§ 1

de desempate terá o voto de qualidade.

§ 2

incisos IV e V deste artigo, assim como a competência da CNIC, serão estipulados e definidos

pelo regulamento desta Lei.

Art. 33. A SEC/PR, com a finalidade de estimular e valorizar a arte e a cultura,

estabelecerá um sistema de premiação anual que reconheça as contribuições mais significativas para a área:

I - de artistas ou grupos de artistas brasileiros ou residentes no Brasil, pelo conjunto de

sua obra ou por obras individuais;

II - de profissionais da área do patrimônio cultural;

III - de estudiosos e autores na interpretação crítica da cultura nacional, através de ensaios, estudos e pesquisas.

Art. 34. Fica instituída a Ordem do Mérito Cultural, cujo estatuto será aprovado por

Decreto do Poder Executivo, sendo que as distinções serão concedidas pelo Presidente da

República, em ato solene, a pessoas que, por sua atuação profissional ou como incentivadoras

das artes e da cultura, mereçam reconhecimento.

o A CNIC será presidida pela autoridade referida no inciso I deste artigo que, para fins Os mandatos, a indicação e a escolha dos representantes a que se referem os(Regulamento)

Art. 35. Os recursos destinados ao então Fundo de Promoção Cultural, nos termos do

1

aplicação pelo FNC, observada a sua finalidade.

Art. 36. O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e

Planejamento, no exercício de suas atribuições específicas, fiscalizará a efetiva execução

desta Lei, no que se refere à aplicação de incentivos fiscais nela previstos.

Art. 37. O Poder Executivo a fim de atender o disposto no art. 26, § 2

adequando-o às disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviará, no prazo de 30 dias,

Mensagem ao Congresso Nacional, estabelecendo o total da renúncia fiscal e correspondente

cancelamento de despesas orçamentárias.

Art. 38. Na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, ao doador e ao beneficiário, multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente.

Art. 39. Constitui crime, punível com a reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, qualquer discriminação de natureza política que atente contra a

liberdade de expressão, de atividade intelectual e artística, de consciência ou crença, no andamento dos projetos a que se refere esta Lei.

Art. 40. Constitui crime, punível com reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, obter redução do imposto de renda utilizando-se fraudulentamente de qualquer benefício desta Lei.

§ 1

administradores que para ele tenham concorrido.

§ 2

desta Lei, deixa de promover, sem justa causa, atividade cultural objeto do incentivo.

Art. 41. O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, Regulamentará a presente lei.

Art. 42. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1991; 170° da Independência e 103° da República.

FERNANDO COLLOR

art.o, § 6o, da Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986, serão recolhidos ao Tesouro Nacional parao, desta Lei,o No caso de pessoa jurídica respondem pelo crime o acionista controlador e os Na mesma pena incorre aquele que, recebendo recursos, bens ou valores em função

Jarbas Passarinho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.12.1991